

A MORTE PELA SOBERANIA: AS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DO ESTADO COMO LEGADOS DA COLONIZAÇÃO¹

SILVA, Bruna Karoline Pinto²

Orientadora: Profa. Dr. Lara Martim Rodrigues Selis

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma análise acerca do Estado que se consolidou próximo ao que era teorizado por Hobbes, tendo como base práticas de exclusão de vidas e identidades a fim de garantir a manutenção de sua própria soberania. Para isso, mobiliza-se o conceito da necropolítica para analisar essas práticas ligadas à manutenção da soberania estatal, cujo cerne consiste na decisão sobre a vida e a morte de seus cidadãos de acordo com os interesses e propósitos do Estado. Na base desse estudo, está o argumento de que uma ideia de hegemonia nacional, enquanto uma identidade homogênea, é imposta, dizimando qualquer chance de autodeterminação que possa causar um enfraquecimento da soberania ou legitimar e evidenciar configurações sociais alternativas. Do ponto de vista empírico, este trabalho argumenta que tal lógica de poder ainda é aplicada contemporaneamente na cidade do Rio de Janeiro com políticas homogeneizadoras e de exclusão condicionando os indivíduos da favela a uma rotina caótica que viola corpos e vidas e limita o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes que o Estado deveria proteger e representar.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Colonização. Necropolítica. Soberania. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article intends to bring a understanding about the State that was established near to what Hobbes has theorized, whose bases were exclusionary practices toward lives and identities in order to ensure the maintenance of its own sovereignty. Therefore, the concept of necropolitics is mobilized to analyze these practices linked to the maintenance of sovereignty, whose core consists in the decision about the life and death of its citizens according to the interests and purposes of the State. At the basis of this study is the argument that an idea of national hegemony, as a homogeneous identity, is imposed, killing any chance of self-determination that could undermine sovereignty or highlight alternatives of social configurations. From the empirical point of view, this work argues that such logic of power is still applied contemporaneously in Rio de Janeiro with homogenizing and exclusionary policies conditioning the individuals living in favelas to a chaotic routine that violates bodies and lives and limits the educational development of children and adolescents that the State should protect and represent.

KEY-WORDS: State. Colonization. Necropolitics. Sovereignty. Rio de Janeiro.

¹Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

²Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

1. INTRODUÇÃO

Mil duzentas e quarenta e nove. Esse foi o número de pessoas que morreram durante operações no Rio de Janeiro apenas no período de janeiro a agosto de 2019. Em média, isso representa cinco mortes por dia, segundo o Instituto de Segurança Pública. Em relação a 2018 houve um aumento de 174 mortes, 16,2% a mais de pessoas foram vítimas de um modelo estatal incompatível com a realidade do povo. Tal modelo se fez presente desde os tempos da expansão europeia e da colonização e teve como base um entendimento limitado do mundo que buscava privilegiar interesses específicos a partir de um controle sobre os sujeitos pertencentes àqueles Estados e sujeitos agregados a eles, consolidando práticas de exclusão como forma estratégica de manutenção da ordem local (GEORGE et. al., 1990).

O legado dessa formação estatal violenta foi a inferiorização de identidades encontradas, principalmente, nas camadas economicamente subalternas da sociedade. As vidas nesse grupo, não encontraram no Estado-nação um agente de representação, mas, pelo contrário, tal Estado agiu como exclusor dessas vidas, utilizando do seu mecanismo de força para tornar tais indivíduos, se não homogêneos, pelo menos produtivos para a narrativa universal hegemônica, retraindo assim as diferentes subjetividades individuais. Um exemplo dentro do Brasil acerca de tal atuação violenta do Estado pode ser verificada todo os dias em favelas do Rio de Janeiro com operações militares, onde vidas inocentes são perdidas para que o Estado mantenha seu posto forte enquanto soberano dentro de um território previamente determinado (ASHLEY et al, 1990; GOETSCHEL, 2011).

Levantam-se então dois questionamentos que o trabalho busca responder: Como o Estado, a partir da sua herança colonial, articula seus mecanismos de poder a fim de manter sua soberania, propagando assim as mesmas exclusões raciais e de classe que existem desde seu surgimento? E, em seguida, como tais mecanismos contribuem para a privação de conhecimentos, principalmente nas favelas do Rio de Janeiro? Para responder tais questões, este trabalho levanta a hipótese de que a estrutura de poder do Estado opera a partir de três formas principais de exclusão, que são elas: a delimitação da linguagem, a delimitação dos desejos e paixões e a delimitação do conhecimento. Entende-se também que tais limitações estiveram presentes desde a concepção inicial do Estado até os dias atuais, sendo apenas aprimoradas e adaptadas a partir de práticas racistas e classistas que podem ser entendidas pela lente de análise da necropolítica.

No desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método qualitativo, com análises teóricas, principalmente, nos dois primeiros tópicos e o método quantitativo, com a utilização de indicadores sociais para entender melhor a situação do Rio de Janeiro. Também foram utilizadas fontes secundárias, como artigos científicos, teses e livros para elaboração da análise teórica.

Tendo isso em mente, o trabalho será dividido em três partes. Inicialmente, partindo de uma análise realizada, principalmente, por Karena Shaw (2008) sobre o Estado hobbesiano, será feita uma exposição da formação do Estado enquanto agente de exclusão social. Para a autora, tal construção não se deu de modo neutro ou natural, sendo desde sua origem um discurso e estratégia política reproduzida a partir de um interesse particular que, na maioria das vezes, não eram compatíveis com os interesses e necessidades dos cidadãos a quem ela representa. Em seguida, a partir das contribuições de Achille Mbembe, Michel Foucault e outros autores que mobilizam tais conceitos, o trabalho trará uma abordagem de como a necropolítica esteve sempre interligada à manutenção da soberania estatal, decidindo sobre a vida e a morte de seus cidadãos de acordo com os interesses e propósitos do Estado, relacionando tal abordagem com a análise realizada anteriormente acerca do Estado hobbesiano.

Por fim, utilizando análises feitas principalmente por Marielle Franco e Vinicius Santiago, farei uma breve contextualização sobre a cidade do Rio de Janeiro e como se deu sua divisão interna a fim de favorecer o desenvolvimento capitalista da cidade e, conseqüentemente, cercando a classe operária, principalmente a população negra, dentro de espaços desestruturados e limitados que desde então vêm sendo submetidos a ações extremas e violentas em busca de uma suposta paz e ordem coletivas que acabam por prejudicar o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes.

2. ESTADO HOBBSIANO E A SOBERANIA

O modelo estatal que se fez presente desde os tempos da expansão europeia e da colonização teve como base um entendimento limitado do mundo que buscava privilegiar interesses específicos de uma classe. Para isso, tal grupo, intermediado pelo aparelho estatal, exercia o controle sobre os sujeitos pertencentes àqueles Estados ou agregados a eles. George e Campbell (1990) em seu texto “Patterns of Dissident and The Celebration of Difference” trazem a crítica de como o pensamento *mainstream* moldou o fazer político e a aplicação de poder dos Estados, onde a concepção negativa da anarquia era central para o pensamento

realista que legitimava práticas de exclusão como forma estratégica de manutenção de um sistema que se consolidava no continente europeu com as primeiras expedições marítimas e o surgimento do Estado-nação. No entanto, o que se tem posto é que essa visão de mundo, naturalizada e universalizada, traduz apenas a imposição de uma forma de ordenação específica onde o Estado seria o condutor central da política interna e externa. No entanto, mesmo as relações interestatais, delineadas pela lógica da soberania, não tiveram uma origem natural, mas sim histórica e culturalmente datada. Nesse sentido, para aqueles autores, o que se tem hoje são complexas forças sociais com capacidades de interpretação que vão contra a visão ortodoxa posta no mundo político, já que há uma pluralidade de diferenças em relação ao padrão que buscou-se impor ao longo dos séculos.

Para entendermos o Estado-nação enquanto condutor e ordenador da vida em comunidade e das relações sociais e políticas domésticas e internacionais é necessária uma análise acerca de quais são os mecanismos responsáveis pela sua manutenção e duração. Dentre tais instrumentos, destaca-se um que perdurou desde seu surgimento até os dias atuais, a soberania. Esta tem como principal papel definir e limitar a vida na comunidade política, circunscrevendo cada cidadão dentro dela, e com isso assumindo um caráter de seleção frente aos elementos incluídos e àqueles que seriam, em contraposição, excluídos por representarem algum risco à vida da nação.

Para entender como a soberania foi construída e perpetuada, Shaw (2008) usou em seu trabalho as considerações feitas por Hobbes (1968 [1661]) em seu livro “Leviatã”. Nesse livro, fica evidente uma diferenciação com julgamento de valor sobre sociedades ou identidades não compatíveis ao novo tipo de socialização estatal proposta. Ou seja, formas de organização social diferentes ao modelo do Leviatã serão tomadas enquanto inferiores e, imediatamente, postas como pertencentes ao passado numa representação de atraso. A base dessa ordem social idealizada por Hobbes (1968 [1661]) seria um conjunto de características necessariamente comum a todos os cidadãos a fim de evitar nuances de desejos e perspectivas e facilitando a manutenção coesa dessa sociedade. Ele então descreve uma sociedade com características rígidas e específicas, onde o conhecimento e sua produção seriam voltados para a manutenção da soberania, determinando os limites de uma identidade ideal.

Esse conhecimento ao qual nos referimos aqui pode ser entendido em diferentes níveis. A princípio, a autora coloca que para Hobbes esse conhecimento que seria produzido em prol da manutenção da soberania seria um conhecimento acadêmico limitando o sujeito desde a

educação primária. Entretanto, conforme uma maior delimitação do indivíduo é produzida em outros aspectos da sociedade é perceptível que não apenas o conhecimento científico e empírico é limitado, mas também o conhecimento oral adquirido por vivências e experiências em comunidades diferentes as quais possibilitariam novas percepções de mundo e aprendizagem.

Podemos identificar, nesse sentido, três principais mecanismos de limitação do sujeito a fim de criar uma sociedade ideal, que são a delimitação do conhecimento, a delimitação da linguagem e a delimitação das vontades e paixões. Ao longo do trabalho, será desenhada uma conexão entre a delimitação do conhecimento e os outros dois tipos uma vez que, a partir do exposto acima, o entendimento de conhecimento aqui não se refere apenas ao acadêmico, mas sim a todas as formas de desenvolvimento do sujeito que pudessem ser experimentadas de acordo com as diferentes organizações sociais e relações que estas possuíam com o ambiente a sua volta.

A linguagem e o conhecimento

Como inicialmente a delimitação é voltada para um conhecimento acadêmico onde a sua produção seria em prol da segurança do poder soberano a fim de naturalizar seu *status quo* e estabelecer sua legitimidade, há um cuidado especial para a questão da linguagem utilizada: “Truth thus become nothing more – or less – than ‘the right ordering of names in our affirmations’” (SHAW, 2008: 23). A linguagem seria um elemento fixo essencial para o estabelecimento da ordem e da soberania, limitando também o pensamento e a imaginação que podem vir a ser desenvolvidos pelos indivíduos dessa sociedade e com isso os conhecimentos possíveis de serem produzidos como, por exemplo, durante o processo de colonização onde o contato com a linguagem de populações nativas foi estabelecido a partir da exclusão, desconsiderando as significações das palavras e nomenclaturas utilizadas.

Em “A Conquista da América”, Todorov (2011 [1983]) aborda o processo de inferiorização das línguas indígenas a partir de uma desconsideração do conhecimento que os nativos tinham da região e que as vezes era necessária para a navegação e expedição. As línguas com as quais os colonos entravam em contato eram imediatamente traduzidas para o espanhol, com a tradução feita a partir de similaridades fonéticas e sendo apenas a imagem das coisas, perdendo assim seu significado original e o conhecimento que ali existia. Os próprios indígenas que entravam em contato com os colonos eram rebatizados para nomes europeus e repreendidos

quando pronunciavam palavras com sons familiares para os colonos, sendo censurados por uma má pronúncia.

Retomando George e Campbell (1990) em sua análise acerca da produção acadêmica nas Relações Internacionais, é debatido também a questão da linguagem e como ela influencia a produção científica e o uso do conhecimento como ferramenta de poder para discursos específicos dentro do campo. Os autores abordam como as regras e as normas limitam e constituem um discurso com um específico entendimento da organização social, mostrando o modo como construímos a imagem do outro de forma negativa calando automaticamente sua voz e silenciando seu conhecimento que poderia trazer um entendimento diferente e mais completo acerca das realidades existentes no mundo. É levantado também o questionamento acerca do fazer científico e a explicação que o conhecimento imposto traz, o qual não abarca outras metodologias e técnicas, evidenciando que não há uma verdade última e uma realidade universal.

As paixões e o conhecimento

A segunda delimitação trazida abarca a questão das vontades e paixões humanas, as quais foram definidas por Hobbes (1968 [1661]) como uma expressão dos complexos humanos que alimentam os desejos e anseios por riqueza, conhecimento e honra. Para ele, a soberania se estabelece no espaço entre as expressões de diferentes paixões, conciliando-as com o modelo almejado de identidade comum dos indivíduos, para que assim não ocorram conflitos e a ordem possa atuar de maneira eficiente. Tais conflitos que buscam ser evitados aconteceriam porque “os homens querem não apenas realizar seus desejos, mas ter a certeza de que eles serão capazes de realizá-los” (SHAW, 2008:27). A soberania busca maneiras de levar as pessoas a se submeterem a um poder comum com a garantia da realização de alguns desses desejos, principalmente dos desejos essenciais para a sobrevivência em sociedade. Em último caso, os indivíduos se submeteriam a um poder central ao não terem ao que recorrer enquanto outras opções (SHAW, 2008).

A delimitação das vontades e paixões é também necessária para que a curiosidade humana não seja instigada e a estrutura que buscou ser naturalizada não seja questionada, uma vez que o acesso ao conhecimento combinado com as paixões humanas pode ser perigoso para a sobrevivência do *status quo*. Logo, além da linguagem como mecanismo limitador do conhecimento humano, o Estado soberano contaria também com um aparato religioso como um

complemento de respostas a outros anseios, desejos e curiosidades humanas: “thought it is a curiosity of natural causes that lead to a belief in God, through such inquiry one cannot come to know God, or anything of his nature. This is important because a common belief about God could be (and had been) enough of a glue to hold Society together” (SHAW, 2008:29). A curiosidade humana seria então direcionada para questões espirituais, sendo a religião um aparato de fácil acesso para às massas, onde elas encontrariam as respostas para algumas paixões e desejos “inalcançáveis”, ao mesmo tempo em que forneceria um entendimento divino do porquê as coisas são como são, cessando assim as demais curiosidades.

A partir dessa combinação entre produção acadêmica de conhecimento disseminado pelo Estado com uma noção positivista e empirista de mundo e as respostas dadas pela religião cristã para perguntas ontológicas, temos uma síntese de um modelo excludente do saber, que tira toda a legitimidade de outras fontes de conhecimento e outras formas de se conhecer o mundo. Com isso, o sentido final do conhecimento e da produção seria o controle social, isto é, saber de antemão e prescrever o que vai acontecer desconsiderando as diferentes experiências e vivências possíveis (GOETSCHELL, 2011; TODOROV, 2011 [1983]).

A construção do "outro"

Esses mecanismos estatais de manutenção da soberania ao mesmo tempo em que moldam a sociedade ideal, ajudam a limitar as diferenças nas identidades individuais e coletivas criando uma imagem do “outro”, do que está “de fora” como não apenas errado e selvagem, mas essencialmente como perigoso, buscando, por fim, trazer uma identidade comum baseada no medo:

He [Hobbes] has produced a homogenized man-citizen running about in ‘natural’ chaos, which he can now move on to discipline into the formation of one common overarching sovereign identity. This is the trick – he must now make this distinction explicit: produce an ‘outside’ that is so awful, and so close, as to coerce those ‘inside’ to bind together, to produce a common ‘sovereign’ identity (SHAW, 2008, p. 30)

Além disso, esses “outros” são colocados todos num só, isso é lido como uma só ameaça, independentemente do tipo de diferença que eles tenham. Tal outridade seria ligada aos perigos que ameaçam o estilo de vida ocidental, de modo que os modos de organização serão vistos como primitivos e sem progresso ao longo do tempo: “The difference is not necessarily ‘outside’ spatially, but outside or under the resolutions of state sovereignty” (SHAW, 2008:33). O objetivo ao produzir esse medo comum é causar uma sensação de proteção na relação dos

indivíduos com o poder central soberano, identificando seu modo de vida até como sorte e encorajando essas pessoas a se sentirem agradecidas e a acharem que estão em dívida com esse “protetor”. Tal ação funciona para homogeneizar ainda mais os indivíduos que fazem parte dessa sociedade (SHAW, 2008).

Associado ao medo foi implantado também uma noção de fracasso do “outro” que Shaw aborda a partir da visão de Tocqueville (1990 [1835]) que usa disso para justificar uma postura de superioridade frente aos indígenas residentes na América do Norte durante o processo de colonização. Ele aborda que os nativos faziam uso inapropriado da terra onde residiam e que não davam o valor necessário ao não saber usar e explorar o potencial dela, logo, eles não teriam o direito de posse daquela terra. Além disso, por não fazerem uso próprio da terra, os nativos não seriam considerados soberanos naquele lugar e, assim, não foram considerados nem sequer como uma sociedade com uma estrutura funcional própria (SHAW, 2008).

Essa noção de medo/fracasso que se criou do outro foi essencial para o processo de colonização que ocorria conforme o Estado-nação europeu nascia e se consolidava. A colonialidade para se estabelecer utilizou do conceito de soberania e de homogeneidade da sociedade civil, criado em cima de uma dialética do eu/outro e, assim, legitimou suas práticas futuras de exclusão tendo como ponto de partida a subjugação e a exclusão de povos nativos com a demarcação de bordas/fronteiras territoriais, separando aquela nova sociedade que se formava das sociedades que já estavam ali presentes. Essa forma de demarcação territorial e estabelecimento, tomando aquela terra para si e negando o pertencimento dela àqueles que já estavam ali, teve como propósito minar qualquer possibilidade de reivindicação daqueles povos, excluindo-os e os afastando cada vez mais conforme as bordas demarcadas se expandiam (GOETSCHEL, 2011).

Mais do que mecanismos de controle de identidades dentro da sua sociedade civil, outra manifestação da ação soberana do Estado-nação deu-se em seu momento de consolidação, quando se impôs de forma violenta fronteiras em territórios saqueados a despeito das culturas e dinâmicas espaciais pré-existentes. Tais ações, no geral, justificaram-se em nome da civilização e da manutenção da segurança coletiva. Assim como Tocqueville, segundo Shaw (2008), coloca que a extinção de sociedades nativas foi necessária para que houvesse sucesso no processo de colonização e devida utilização das terras, ainda hoje, o Estado continua oprimindo e buscando a extinção do que considera uma ameaça aos interesses dos grupos

hegemônicos, removendo o peso da responsabilidade por tais atos com o argumento de "bem coletivo".

Para Aching (2011), a modernidade, que teve seu início com o processo de colonização e expansão europeia, se configura ainda hoje como uma forma de dominação colonial. Tal ação de domínio se manifesta, sobretudo, através das práticas de exclusão implicadas na diferenciação do eu/outro e na noção positivista de conhecimento direcionada para a manutenção do *status quo*. Houve no conceito de modernidade, difundido através do iluminismo, uma junção do entendimento de civilização e cultura, onde eles eram expressos através de alcances materiais. Além disso, o racismo eurocêntrico dentro de produções acadêmicas foi essencial para que tal universalização tivesse força e permitisse a aplicação de uma ideologia colonial.

Essas práticas junto com a colonização facilitaram uma universalização e padronização do modo de vida ao redor do mundo, exportando o conceito de civilização ocidental para todos os cantos e formando uma comunidade de Estados que agregasse todas as velhas e novas nações civilizadas, perpetuando o objetivo inicial da soberania enquanto propagadora da homogeneização. Tal estrutura ideológica, que contou com a sustentação estudos científicos que buscavam comprovações de uma superioridade racial, acabou por legitimar diversas formas de violência, incluindo a escravidão e a conciliação imposta entre o conflito material e o moral que este fenômeno colocava. Assim, a noção de civilização agregou a lógica de evolução com o valor de conquistas materiais e avanços tecnológicos (ACHING, 2011).

Essa noção de civilização ainda hoje não engloba todas as sociedades existentes e nem todos os Estados formados. No geral, alega-se critérios democráticos de inclusão, mas tais modelos foram impostos pelas grandes potências e custaram a vida de diversos povos considerados inferiores. Ainda hoje, tais dissidências residentes dentro dos Estados são vistas como problemas a serem resolvidos e que só continuam sobrevivendo a base de resistências diárias, somado a um apagamento sistemático da diferença. O senso de “self” dessas populações foram abafados ou escondidos por séculos de exclusão, como estratégia de sobrevivência, dentro dos Estados modernos. No entanto, mesmo após tantos esforços, as ações estatais não foram capazes de extinguir a diferença por completo: “Sovereignty thus rests on a violence: it must maintain its differences as its own boundaries, as non-subjects, because to acknowledge them as subjects would force democracy to face its own violent necessities” (SHAW, 2008:50). Shaw utiliza em seu texto o exemplo dos indígenas nativos do Canadá, onde até hoje o Estado

busca limitar seus espaços de atuação e vivência, além de, ao longo dos anos, ter buscado controlar cada vez mais sua socialização para só assim poder considerá-los enquanto cidadãos (ACHING, 2011; SHAW, 2008).

3. O DESENVOLVIMENTO DA NECROPOLÍTICA

Em seu ensaio, Mbembe (2016) relaciona a noção de soberania e biopoder, conforme conceituado por Foucault (1999). Tal relação busca abordar a política exercida pelos Estados e centros de poder a partir de uma preocupação centrada na decisão de quem pode viver e quem deve morrer, onde “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade” (MBEMBE, 2016:123). Logo no início de seu ensaio, o autor ressalta que o entendimento de soberania que ele vai abordar difere em partes do conceito que é constantemente utilizado no campo das Relações Internacionais. Como mencionado, sua abordagem correlaciona guerra e biopoder, na medida em que combina um debate sobre o controle sobre a vida como meio de se alcançar a soberania. Mas a guerra aqui colocada não remete à imagem que nosso imaginário automaticamente cria. A guerra abordada pelo autor refere-se mais precisamente à guerra presente em territórios específicos e que pode acontecer internamente, caracterizada principalmente pela presença do estado de exceção. A expressão mais concreta e extrema que se pode utilizar para exemplificar a necropolítica e o estado de exceção foram os campos de concentração, mas outras formas de encarceramento social e mortes podem se configurar dentro desse entendimento. Tais formações apontam para contextos onde haveria um “arranjo espacial permanente que se mantém continuamente fora do estado normal das leis”. Daí, retiramos nosso primeiro link com o caso do Rio de Janeiro e sua caracterização enquanto uma região marcada pela anormalidade (MBEMBE, 2016).

Para pensarmos em uma necropolítica e entendermos como tal conceito atua em nossa sociedade é necessário primeiro entendermos o que é colocado por Foucault como biopoder/biopolítica. Como adiantado, tal conceito se baseia na ideia de que o direito à vida e/ou a morte se dá de maneira assimétrica, onde a representação do soberano exerceria tal direito sobre a vida cotidiana, seja contendo a mesma ou levando a sua morte. Ademais, a maneira de contenção da vida pode se dar de diversas formas, seja pelo “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida” (FOUCAULT, 1999:127). Com isso, o biopoder restringe e limita os sujeitos e os espaços por onde passam, principalmente os sujeitos que possam ser considerados incompatíveis de alguma maneira com o aparelho estatal posto, como visto nas discussões de Shaw.

Tal contenção da vida e sua privação, com o passar dos anos e o desenvolvimento das tecnologias, se moldou e tomou outras formas, aprimorando a vigilância, o controle e a organização. Todas essas transformações, no entanto, mantiveram sempre com a prerrogativa de garantir uma ordem que seria benéfica para todos, com a tarefa de “gerir a vida”. Segundo Foucault (1999), esse contexto formou dois polos interligados de desenvolvimento, onde o primeiro traz consigo uma visão do corpo, do sujeito enquanto uma máquina que requer adestramento e treinamento, ampliando e moldando suas capacidades para integrar a sociedade de maneira dócil e eficaz e buscando, como Hobbes coloca, suprimir e conter as paixões e os desejos do sujeito. O segundo polo, teria como centro o corpo enquanto espécie, estudando seus processos biológicos e criando verdades absolutas e processos mecanizados relacionados a procriação, natalidade e mortalidade, além de índices sobre qualidade de vida onde “tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1999:130). Nesse sentido, podemos dizer que toda uma gama de produções científicas é produzida para validar políticas de ordenação da vida de acordo com o interesse do soberano, seja qual for sua atual representação e manifestação em sociedades atuais.

O que podemos tirar dessa reflexão é que ao longo dos séculos e do desenvolvimento das sociedades ocidentais, práticas de ordenamento da vida foram sendo adaptadas, sem negar que elas sempre existiram mesmo durante o processo de colonização. Sua adaptação, no entanto, foi necessária conforme novas demandas surgiam, se tornando menos sangrenta a olho nu como foi com a colonização e durante séculos após ela, mas ainda sim violenta e excludente, trazendo enraizada em si o racismo e o classismo:

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1999:130).

Novos métodos de docilizar e tornar as vidas úteis foram necessários, tornando-as mais fáceis de sujeitar, principalmente a partir do século XVIII (FOUCAULT, 1999) com técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições diversas (família, Exército, academia, polícia, medicina, etc.), Segundo Hobbes (1968 [1661]), tais instituições eram essenciais para a manutenção própria da vida do cidadão, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia a partir de fatores de segregação racial e hierarquização social.

Não só vieram novas tecnologias para a manutenção do sistema, mas também para uma falsa melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou uma melhoria de fato na qualidade de vida de algumas pessoas, uma vez que as novas restrições da vida eram impostas de modo ainda violento em parte da população que ainda hoje não se encaixa no modelo padrão de cidadão almejado pelo aparelho estatal. As instituições criadas tornaram aceitável um poder essencialmente normalizador que busca sempre o controle e a homogeneidade. Assim, o biopoder abordado por Foucault (1999) manifestaria o desenvolvimento de uma sociedade idealizada por Hobbes (1968 [1661]), com toda a normalização do que se pode ou não fazer e conhecer.

É nos traços remanescentes da colonização que podemos enxergar a transição e intersecção do biopoder e biopolítica de Foucault para o estabelecimento de uma necropolítica de Mbembe, onde nesses países ainda encontramos políticas e ações violentas e segregacionistas partindo do próprio Estado contra parte de sua população. O avanço tecnológico e desenvolvimento da sociedade ocidental que propiciaram novos métodos de controle da população ao longo dos anos foram então apenas uma atualização de elementos coloniais. Nesse sentido, Mbembe (2016) traz tais conceitos de Foucault a fim de ampliar o debate de gestão da vida e morte e “trabalhar a ideia de necropolítica tendo como ponto de referência territórios e processos históricos marcados pelas lógicas da colonialidade e neocolonialidade” (LIMA, 2018:25). O próprio caminho para a formação de um Estado foi um caminho assassino e racista que se abriu com práticas de colonização, genocídio e escravização de povos que foram cerceados biologicamente. Estes mesmos povos foram também vistos como um “Outro” que poderia constituir uma ameaça, e cuja eliminação era preferencial para assegurar a segurança do povo colonizador. É esse pensamento de ameaça e essa prática de cerceamento biológico que estão até hoje em vigor não só, mas também, nas favelas do Rio de Janeiro.

A partir disso, destacamos como Mbembe (2016) traz uma ideia de soberania que problematiza sua conceituação enquanto expressão máxima enquanto um acordo entre homens e mulheres com capacidades completas de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. Afinal, partindo da limitada ação do cidadão estabelecida por Hobbes, até onde essas capacidades podem ser completas quando não há o acesso ao conhecimento? Ou quando o próprio Estado não reconhece parte da população como merecedora do exercício da liberdade, reconhecendo apenas essa parcela enquanto um problema a ser lidado? É nesse

embate e nessa contradição que se abre espaço para que seja estabelecido um estado de exceção e para que a soberania utilize, dentro suas práticas, da necropolítica. O que se tem na prática é precisamente um poder central onde o foco não é a autonomia, mas a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”, segundo Mbembe (2017:5, apud LIMA, 2018:26). É nessa lógica que foram moldados os Estados colonizados, onde a soberania estaria disposta a arriscar a totalidade de uma vida para manter sua legitimidade, onde a vida se tornaria um domínio por completo da soberania. Nesse sentido, o Estado passaria a agir de modo calculado, sabendo até que ponto determinado sujeito ou população é indispensável para sua manutenção e até que ponto é possível exercer a necropolítica, entendendo os limites da morte, mas os impondo e os moldando a seu interesse quando necessário (MBEMBE, 2016).

O poder de matar não é então apenas uma capacidade ou uma necessidade do Estado soberano, mas uma escolha que busca impor um modelo específico de sociedade homogênea, sendo essencial a prática política do terror, onde o caos, as péssimas condições e a violência são propositalmente instaurados para que seja impossível o surgimento de uma gestão política alternativa. “Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em ‘estado de injúria’, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos” (MBEMBE, 2016:131).

O Brasil, enquanto um Estado formado a partir da colonização, teve sempre em suas práticas o objetivo de disciplinarização dos corpos ao mesmo tempo que praticava o extermínio de populações negras e indígenas, evidenciando o racismo como o cerne de suas práticas, gerando o que Lima (2018) coloca como um assujeitamento do ser, buscando moldá-lo em torno do que era colocado como ideal pelas tradições eurocêntricas. Logo, o pensamento colonial se faz presente também na concepção de que o Estado teria o compromisso de “civilizar” sua própria população, atribuindo objetivos racionais ao ato de matar, como é o caso da propaganda da “guerra às drogas”, onde há a ideia de que é impossível firmar a paz com o outro, onde a única coisa que existe naquela região é sua própria desordem e anormalidade que precisam ser contidos e que o único meio de fazer isso é através da violência: “Lá o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira” (MBEMBE, 2016:134).

No Rio de Janeiro há a séculos uma divisão entre as pessoas em campos biológicos, onde o que foi identificado como problema foi cerceado em territórios específicos (favelas), facilitando uma produção de um inimigo ficcional, que nesse caso teve como base o racismo e

a pobreza. Essa divisão da população em subgrupos facilitou a criação de uma relação de inimizade e uma publicidade daquele problema enquanto algo perigoso e que precisava ser eliminado, gerando uma base normativa do direito de matar, abrindo prerrogativas para um estado de exceção na região (MBEMBE, 2016).

4. RIO DE JANEIRO E O LEGADO DA COLONIZAÇÃO

Contexto

Desde o princípio, o surgimento da favela se deu de forma problemática, sendo o desdobramento de uma política pública que buscava combater a existência de cortiços. Tais habitações eram onde residia a população mais pobre da cidade e, no século XIX, se tornaram alvo de uma ação de urbanização promovida pelo estado do Rio de Janeiro, que tomou a cidade de Paris como exemplo. No entanto, o que se deu no Brasil por parte da prefeitura carioca foi uma violenta expropriação dos cortiços sem planejar adequadamente uma alternativa de habitação para as pessoas que ali residiam, sendo esse projeto caracterizado como uma “guerra aos cortiços”. O propósito dessa ação era um embelezamento da cidade, eliminando habitações vistas como insalubres e que traziam consigo esteticamente uma imagem de empobrecimento, lixo, sujeira e doença. Nesse quadro, os pobres que habitavam tais cortiços eram vistos dessa mesma maneira e a presença dos cortiços, ou seja, a presença dos pobres, não era apenas um problema de política pública, mas também uma questão de estética incompatível com aquela desejada pelas classes mais elitizadas (SANTIAGO, 2016).

Houve com essa “guerra aos cortiços” uma reorganização do espaço social a fim de agradar a elite e a nova base econômica local, instaurando assim uma intervenção estatal violenta em cima de uma classe social específica. No entanto, diferente do que se esperava, que era a expulsão e eliminação dessas pessoas, ocorreu um deslocamento em massa de trabalhadores que não tinham mais onde morar para os morros que eram pouco habitados, originando novas habitações precárias e abandonadas pela política pública: “Essas ocupações deram origem, portanto, a novas habitações, a saber, a favela, que se tornou a única alternativa à população pobre que precisava morar perto dos locais de trabalho” (SANTIAGO, 2016:45).

O que as autoridades públicas não perceberam foi que essa tentativa de expulsão da população pobre do centro da cidade visando um embelezamento continha em si uma grande contradição, visto que essa “guerra aos cortiços” tinha como alvo a grande massa trabalhadora da qual a cidade necessitava, tornando essa massa ainda mais marginalizada ao afastá-la do

centro. O Estado para atender os interesses da elite e do capital quase eliminou a base de sustentação desse sistema, o que se deu, no entanto, foi uma precarização ainda maior da vida daqueles que eram essenciais para a manutenção da lógica capitalista, isto é, a mão-de-obra trabalhadora, negra e pobre, que ainda mantém nos dias atuais o funcionamento da cidade (FRANCO, 2018; SANTIAGO, 2016):

O fato é que, se os “favelados” não “descessem” ou viessem para o asfalto para a execução de vários trabalhos, inclusive em serviços e residências dos setores médios ou dominantes da sociedade, a cidade praticamente pararia, pois, a classe trabalhadora pertencente a esses espaços não ocuparia seus postos de trabalho (FRANCO, 2018:61).

Tendo essa nova espacialização da cidade estruturada, as favelas continuaram a crescer e a serem vistas como um problema, principalmente tendo em conta que os residentes desse local nunca se enquadraram, em sua maioria, no arquétipo branco ocidental que vigora até hoje por entre as classes altas. Essa diferenciação racista e classista, somada ao abandono do Estado, possibilitaram o surgimento e estabelecimento de grupos criminosos envolvidos com o tráfico, tornando as favelas mais excluídas do restante da sociedade, uma vez que “grupos criminosos armados – o tráfico ou as milícias – acabam por impor a sua própria ordem” (FRANCO, 2018:60). Além disso, o vácuo deixado pelo Estado contribui para a visão das favelas como territórios distantes não pertencentes de fato à cidade, gerando o que Franco (2018) coloca como uma “estigmatização socioespacial” que influencia negativamente a perspectiva de cidadãos que vivem fora desses locais, legitimando a contínua ação intervencionista e violenta que o Estado sempre teve ao lidar com a sua população negra e pobre:

Grande parte da população é marcada por percepções segundo as quais as favelas são vistas como territórios, em oposição ao conjunto da cidade. Tal fato tem grande interferência na vida dessas comunidades, pois com frequência o papel do Estado é legitimado pelo senso comum, o que reforça as incursões policiais e uma atuação diferenciada dos territórios da cidade (FRANCO, 2018:60).

Esse entendimento distanciado das favelas facilita a propagação da ideia de que a região seria um problema a ser eliminado, acirrando o imaginário político de ainda haver um inimigo a ser combatido. Assim, se antes, com os cortiços, esse inimigo se encontrava no centro da cidade, atualmente ele está nas suas margens, mas ainda carregando as mesmas características de sujeira, pobreza e doença. Por isso, mantém-se viva a representação das favelas como fonte de “todos os males sociais que assolam a sociedade” (SANTIAGO, 2016). Logo, “o preconceito e a discriminação [...] ganha predominância na subjetividade coletiva” (FRANCO, 2018:61),

facilitando a eterna propaganda estatal que aponta seus próprios cidadãos como “inimigos” para assim justificar suas intervenções e violências, sem que haja nenhum avanço em relação a diminuição do tráfico e da criminalidade.

Essa busca da manutenção da ordem se estabeleceu com o tempo e com o entendimento da necessidade da classe trabalhadora para a manutenção daquele sistema, assim as medidas tomadas em relação a favela deixaram de buscar a eliminação, tornando as favelas um problema que precisava ser mantido sob controle. A partir disso, passa-se a disseminar discursos e propagandas de intervenção que instaurariam a paz e a segurança naquelas regiões que em teoria seriam extremamente violentas e com muitos crimes, acentuando mais ainda no imaginário coletivo uma imagem dessa população como o diferente, o “outro” selvagem (SANTIAGO, 2016).

O que se tem indício, no entanto, é de uma contínua realocação e renomeação do problema, uma vez que o contexto atual do Rio de Janeiro, onde se propaga o discurso de “guerra às drogas”, é apenas uma reinvenção da “guerra aos cortiços” que ganhou essa publicidade a partir dos anos 1990, colocando as favelas mais uma vez como um grande problema da cidade. Antes mesmo desse discurso recente de “guerra as drogas” as favelas estiveram constantemente em situação de conflito com autoridades estatais por conta da perspectiva higienista que permaneceu ligada às identidades que lá se estabeleceram. Não apenas há uma mudança no tipo de “guerra” a ser enfrentado, sendo o alvo sempre o mesmo, mas o próprio uso de tal palavra traz para o imaginário coletivo que o combate necessariamente envolverá violência, legitimando as intervenções a partir do senso comum e com o apoio de parte da população (FRANCO, 2018).

As decisões políticas tomadas e o posicionamento do Estado em relação a essas favelas sempre foram extremamente violentos e despreparados para lidar com a cultura que se estabeleceu ali e com a população que lá reside. São práticas quase sem um propósito final, trazendo consigo um caráter colonizador onde dentro de espaço delimitado geograficamente o Estado busca manter a ordem através de instituições como a Polícia Militar e as Forças Armadas, sem considerar possibilidades de desenvolvimento da região e melhoria no saneamento básico. O uso da violência por parte dessas instituições tem em sua raiz uma origem colonial de manutenção do poder e da autoridade de um Estado que continua buscando uma identidade homogênea (SANTIAGO, 2016).

Essa imagem e construção da favela como um local de pobreza e alta criminalidade não se deu de modo neutro, uma vez que o Estado foi o responsável por condicionar essa realidade,

construindo margens ao redor dessas regiões e aprisionando nelas essas pessoas, impedindo uma melhora na qualidade de vida e uma mobilidade capaz de retirar as pessoas daquela realidade. Essas margens criadas trazem consigo as dicotomias presentes também no cenário internacional de “centro” e “periferia”, do “legal” e “ilegal”, colocando peso de valor e definindo o centro como um estado de normalidade e a periferia como um estado de excepcionalidade (SANTIAGO, 2016).

A periferia seria o local onde direitos básicos que seriam a base do Estado democrático podem ser suspensos em prol de uma manutenção da ordem e da soberania, com a imposição do controle armado nesses territórios através da justificativa da pacificação que cria para a favela uma imagem de anormalidade, abrindo com isso prerrogativas para o exercício de políticas de exceção e suspensão da ordem jurídica. Essa imposição é também uma forma de forçar a legitimidade do Estado e garantir sua soberania a partir do uso desproporcional das forças armadas, uma vez que a imagem da favela representa também possibilidades diferentes de ordenamento social.

Necropolítica e o Rio de Janeiro

Como abordado acima, o surgimento das favelas e a reorganização espacial da cidade do Rio de Janeiro tiveram como base práticas coloniais, violentas e segregacionistas de exclusão do sujeito não homogeneizado. Tal sujeito, teve continuamente sua imagem continuamente divulgada como perigosa, problemática e originária de males da sociedade, afetando a percepção social que o resto da população atribuía aos corpos que habitam esses territórios. Conforme teorizado por Mbembe (2016), podemos concluir que essa percepção legitimou a divisão das pessoas em campos biológicos (favela x cidade) - criando uma divisão territorial entre corpos que podem ser descartados para a morte, caso necessário e corpos que teriam um maior valor - e assim acentuou a noção de um inimigo ficcional que precisava ser contido ou eliminado, o que legitimou a ação violenta em territórios vistos como anormais (FRANCO, 2018; MBEMBE, 2016).

É então uma escolha do soberano exercer o poder de matar para mais facilmente impor ou garantir a permanência de um modelo idealizado de sociedade, instaurando o caos e condicionando sujeitos a uma vida precária. Ademais, tais sujeitos foram impedidos de exercerem mobilizações de união ou organização comunitária. Antes o escravo era “mantido vivo, mas em ‘estado de injúria’, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade

intensos” (MBEMBE, 2016:131), atualmente as favelas e as periferias, diferente das fazendas de escravos, são comunidades com um maior poder de expressão, mas que ainda vivem de “modo não sincrônico”.

No Brasil, a disciplinarização dos corpos e a limitação do cidadão iniciada nos tempos coloniais via genocídio e escravidão formou o Estado racista e assassino que temos hoje, que ainda busca impor um modelo de gerência e de se viver que não é compatível com grande parte de sua população. É no surgimento da propaganda de “guerra às drogas” na década de 1990 que se estabelece também uma racionalidade neoliberal e um aumento de práticas punitivas que não tiveram resultados efetivos na baixa das taxas de criminalidade. Ao contrário, o que se teve foi mais uma faceta da realocação do problema que, dessa vez, colocou o sujeito tido como inimigo em outro campo biológico ainda mais excluído, a prisão. Um exemplo disso no Brasil é o aumento de 707% entre os anos de 1990 e 2017 no encarceramento, principalmente de homens negros. Tal aumento não gerou nenhum resultado positivo em relação a segurança pública e, especificamente no Rio de Janeiro, houve apenas uma baixa de crimes em áreas consideradas nobres da cidade gerando uma falsa percepção de avanço por conta das intervenções (FRANCO, 2018; BORTOLOZZI JUNIOR, 2018).

Com isso, percebemos como as diferenças consideradas mais ameaçadoras para a estabilidade do *status quo* do Estado já não são encontradas apenas do “lado de fora”, mas, principalmente, dentro das ex-colônias onde a manutenção do projeto estatal continua com os objetivos de homogeneizar e excluir as diferenças. Vemos assim como esse ator limita e cria também fronteiras internas a partir do momento que encarcera tais diferenças em classes sociais baixas, em religiões perseguidas e confina o livre arbítrio desses corpos na geografia nacional. Segundo Goetschel (2011:66), o Estado cria bordas territoriais internas impondo dentro de seu próprio espaço uma forma de colonização: “Any form of demarcation or border drawing implies some form of colonization”. O que se faz necessário é olhar para o Estado subjugado com o olhar dos excluídos dentro dele, onde a emancipação não seja vista individualmente, mas como a demanda principal de grupos excluídos que busquem um desenvolvimento que contemple a todos, construindo uma lógica de autolegitimação (GOETSCHER, 2011).

E é precisamente esse o contexto que se criou e estabeleceu no Rio de Janeiro, onde o cerceamento da população dentro das favelas criou bordas/fronteiras dividindo quem está dentro de quem está fora e que, junto com o posicionamento violento do Estado, configurou uma nova forma de colonização interna. Dessa forma, a representação aqui colocada de centro

e periferia não diz mais respeito apenas às relações entre Estados, mas está contida nas relações dentro do próprio Estado brasileiro. Há uma constante dizimação e exploração da população pobre e negra que reside em um território disputado pelo que seria o centro.

Todavia, vale pontuar que o vazio deixado pelo Estado não foi preenchido apenas por grupos armados, mas também por projetos sociais que buscam uma melhoria na qualidade de vida dessa população. Ou seja, aquilo que o Estado deveria proporcionar acaba sendo oferecido por ações comunitárias que mostram mais resultados e eficiência que o órgão central responsável por aquelas vidas, sejam essas ações educacionais, culturais, políticas etc. Nesse sentido, a favela coloca-se “em contradição com a ideologia dominante”:

Esse processo gera contradições e problemas. Mesmo marcada por níveis elevados de subemprego e de informalidade nas relações de trabalho, baixo grau de soberania frente ao conjunto da cidade, fraco investimento social e outros problemas da mesma ordem, a favela acaba por apresentar uma vida, ações e perspectivas que a colocam, em determinados momentos ou circunstâncias, como um dos protagonistas no desenvolvimento da própria cidade (FRANCO, 2018:61).

No entanto, há ainda um grande problema na “perspectiva de desenvolvimento local integrado e sustentável” (FRANCO, 2018:60) que não é considerado ao se tratar de políticas públicas e de segurança no Rio de Janeiro. Essas políticas “tendem a ser marcadas pela fragmentação institucional e pela falta de coordenação das diferentes iniciativas” (FRANCO, 2018:60), o que inviabiliza e torna complicado o alcance de soluções e resultados efetivos, principalmente quando os próprios representantes daquela sociedade perpetuam práticas excludentes e colocam em pauta projetos de maior cerceamento da população negra e pobre. Tal situação pode ser vista no exemplo dado por Franco (2018), onde em 2004 o vice-governador da época – Luiz Paulo Conde – colocou em pauta a possibilidade do levantamento de muros de concreto ao redor de determinadas favelas a fim de conter a violência e criminalidade, fortalecendo assim, o imaginário de que a favela não faz parte da cidade.

Muito tiro, pouca aula / Pouca aula, + bandido

Para além disso, pensando nos mecanismos de delimitação do sujeito abordados anteriormente, o poder da necropolítica continua se propagando nos dias atuais também pela relação do saber, onde produções científicas e meios midiáticos são aliados aos processos de intervenção, criando discursos e noções que vão legitimar junto à opinião pública a propagação de práticas violentas e racistas (LIMA, 2018). Não apenas tais produções são incentivadas,

como há uma privação do povo negro e pobre ao acesso à informação e educação, uma vez que não são criadas políticas sociais em territórios excluídos que buscam facilitar o acesso de crianças e jovens ao ensino, mas muito pelo contrário, criam um estado de caos e medo que muitas vezes impedem o funcionamento rotineiro de escolas.

As crianças e adolescentes estão entre as principais vítimas da violência instaurada em favelas do Rio de Janeiro, principalmente os negros e considerados pardos que estão diariamente suscetíveis ao racismo, a pobreza e ao abandono estatal. Segundo o mais recente Dossiê da Criança e do Adolescente de 2018 realizado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), dentre as 365 mortes de crianças e adolescentes no ano de 2017, mais de um quarto das mortes foram devido à intervenção policial e a agressões a partir do emprego de armas de fogo, cerca de 28,6%. Entre esses jovens estão desde o bebê Caíque de seis meses que foi ferido por uma bala perdida na zona sul do Rio até a menina Maria Gabriela de 11 anos, que tiveram suas vidas e histórias interrompidas pelo mal planejamento e descaso do Estado. Parte desses dados foram coletados por um aplicativo da organização Fogo Cruzado, que conta com a contribuição da população local, da imprensa e da polícia. Segundo o aplicativo, após a intervenção federal estabelecida de fevereiro a dezembro de 2018, o número de mortos caiu cerca de 8%.

Olhando dados apenas dos anos de 2017 e 2018, se torna mais que evidente o quanto as intervenções desestabilizam a vida cotidiana dos moradores das favelas e periferias, não só em relação aos trabalhadores e trabalhadoras, mas em relação também as crianças que perdem aulas ou se encontram presas e encurraladas dentro das próprias escolas. Em 2017, cerca de 169 tiroteios ou disparos aconteceram perto de escolas, o que não se compara ao crescimento de 156% para o ano de 2018, onde ocorreram 463 tiroteios ou disparos afetando 177 escolas. Entre as escolas mais afetadas está a Escola Municipal Alberto Rangel que atende crianças do 6º ao 9º ano e que se localiza na Cidade de Deus (SILVA, 2018).

Após o fim da intervenção federal foi divulgado pelo Observatório da Intervenção em conjunto com o Fogo Cruzado um infográfico com informações acerca dos resultados dessa intervenção que durou cerca de nove meses. O infográfico traz, além de dados de tiroteios perto de escolas, uma campanha que surgiu nos muros de algumas regiões com os dizeres “Muito tiro, pouca aula / Pouca aula, + bandido” o qual chama atenção para o quão prejudicial são as intervenções nos moldes em que se dão para as comunidades, gerando traumas em professores e alunos e causando uma queda no desempenho escolar onde o IDEB (Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica) é de 3,6, enquanto outras escolas possuem uma média de 4,8 (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2019).

Para crianças e adolescentes que crescem em meio a esses conflitos, nunca lhes foi dada uma chance, esses jovens nunca foram reconhecidos como pertencentes ao Estado, mas já nascem em posição de inimigos tendo desde o princípio sua educação negligenciada. Ir à escola se torna um desafio diário, uma vez que suas próprias vidas estão em risco e o medo psicológico está sempre presente uma vez que não são raros os casos de alunos mortos a caminho ou dentro das próprias escolas, como foi o caso da Maria Eduarda Alves da Conceição de 13 anos morta dentro da escola em 2017 por um fuzil da Polícia Militar em Acari (SILVA, 2018).

Constantemente as crianças e adolescentes se veem em situação de suspensão das aulas por diversos dias, não só sem poderem sair de casa, mas sem poderem sair nas ruas e viver. A informação é valiosa e não apenas nas escolas elas estão disponíveis, a privação ao acontecimento afeta todos os âmbitos da vida de uma criança e adolescente que reside em favelas ou periferias evidenciando a falta de planejamento das operações e intervenções e a falta de acompanhamento de políticas sociais eficazes que combateriam também a criminalidade:

Sem escuta ou participação, o Estado vem impondo há anos e anos, aos moradores de favelas e periferias, apenas políticas de segurança pública. Foi assim com as UPPs, com a ocupação da Maré pelo Exército e, agora, na intervenção federal. Há décadas, a política de segurança governamental tem como principal atividade os confrontos com o tráfico. Esses confrontos acontecem a qualquer momento e alteram o cotidiano dos territórios. Seus moradores convivem com o risco da morte cotidianamente e têm suas dinâmicas de vida alteradas, sem a certeza se conseguirão chegar ao trabalho, levar os filhos à escola, ir à universidade ou comprar um pão (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2019).

Torna-se evidente que o Estado a partir dessas políticas ineficazes condiciona parte de sua população a uma vida que o mesmo coloca como inimiga e perigosa, criando uma propaganda falaciosa que tende a favorecer o interesse de uma mesma elite presente no cerne das decisões desde o princípio de sua formação. O simples nascer em territórios excluídos e precarizados é uma sentença para a vida toda e os poucos que conseguem sair dessa areia movediça e criam projetos que vão suprir o vácuo estatal são também prejudicados pelas intervenções e operações. A limitação do conhecimento é um projeto político, seja esse conhecimento acadêmico, que precisa ser popularizado, ou conhecimento popular passado entre as gerações.

5. CONCLUSÃO

O contexto atual do Rio de Janeiro e de diversas partes do mundo que passaram por processos de colonização ainda perpetuam em suas rotinas e vivências relações e práticas de opressão que podem ser vistas enquanto legados do período colonial. Os territórios são constantemente disputados entre os residentes em busca de suprir o vácuo deixado pelo Estado, o qual atua nesses territórios apenas em busca de manter a legitimidade de sua soberania, apreendendo, demarcando e afirmando o controle físico dos corpos e geográfico, produzindo fronteiras que limitam a mobilidade e a atuação daquela população.

É implantada uma ideia de que o Estado no modelo em que se apresenta hoje é natural e atemporal, que sempre existiu e que sempre existirá, um Estado que é necessário e que, por isso, faz uso da sua soberania para criar fronteiras, dividir a população criando inimizades entre os subgrupos e utilizar da violência quando lhe for conveniente. É necessário que consideremos a soberania do Estado enquanto histórica e relacional, algo que teve origem e que pode ter fim, para assim abrirmos as portas para novas possibilidades de socialização:

They must produce, and reproduce, their sovereignty, in part through convincing others – their citizens, **other states**, global institutions – of its existence and legitimacy. (...) We do not have sovereign states because they are inevitable or necessary, but because their inevitability and necessity have been produced; we have been and must continue to be convinced of them (SHAW, 2008, p. 39).

A luta principal posta atualmente é a de evidenciar e tornar possível o reconhecimento de que essas periferias possuem em suas histórias relações desiguais com os centros e possuem processos diferentes de desenvolvimento que não avançaram devido a incompatibilidade de sua estrutura com o modelo imposto. Há nas periferias uma heterogeneidade e uma ancestralidade que não foram de todo excluídos ou erradicados pelo processo de colonização e expansão europeia. Essa heterogeneidade garante em parte uma autonomia cultural e resistente: “So long as peripheral modernity represents an acknowledgement of the existence and history of uneven relations with the metropolitan center’s putatively pure and fully developed modernity, the concept can be used to define a difference that resists that center” (ACHING, 2011:32).

REFERÊNCIAS

ACHING, Gerard. **On colonial modernity: civilization versus sovereignty in Cuba**, c. 1840. In: International Relations and Non-Western Thought. Interventions, 2011.

ANABELA PAIVA (Rio de Janeiro). Observatório da Intervenção (Ed.). **Intervenção Federal: Um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: Cesec, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhypkOpA/view>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

ASHLEY, Richard K.; WALKER, Robert B. J. **Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies**. The International Studies Association, 1990.

BORTOLOZZI JUNIOR, Flavio. **"Resistir para re-existir": Criminologia (d)e resistência diante do governo necropolítico das drogas**. 2018. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: A vontade do saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FRANCO, Marielle. UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018. 160 p.

GEORGE, Jim; CAMPBELL, David. **Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations**. **International Studies Quarterly**. P. 269-293. 1990.

GOETSCHER, Willi. **Voices from the "Jewish colony": sovereignty, power, secularization, and the outside within**. In: International Relations and Non-Western Thought. Interventions, 2011.

HOBBS, Thomas (1651 [1651]) **Leviathan**. C.B. MacPherson (ed.) New York: Penguin Classics.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault y Achille Mbembe. Arq. bras. psicol. [online]. 2018, vol.70, n.spe, pp. 20-33. ISSN 1809-5267.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte e Ensaios, (32), 123-151. 2011.

RIO DE JANEIRO. Flávia Vastano Manso. Instituto de Segurança Pública (Org.). **Dossiê Criança e Adolescente 2018**. 2018. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieCriancaAdolescente2018.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SANTIAGO, Vinicius Wingler Borba. **A luta das mães nas favelas: margens, Estado e resistência**. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SHAW, Karena. **Idigeneity and Polital Theory**. Nova York: Routlegde, 2008.

SILVA, Michel. Tiroteios perto de escolas aumentaram 156% desde início da intervenção no Rio. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/seguranca-publica/tiroteios-perto-de-escolas-aumentaram-156-desde-inicio-da-intervencao-no-rio/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 4ª edição. 2011.